PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM
MATÉRIA TRIBUTÁRIA: RESTRIÇÕES A DIREITOS DO
CONTRIBUINTE E PROPORCIONALIDADE

Tese de doutorado, desenvolvida sob orientação do
Prof. Titular Dr. Luís Eduardo Schoueri LL. M. e
apresentada ao Departamento de Direito Econômico,
Financeiro e Tributário, da Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2014

RESUMO

O presente trabalho tem por objeto os direitos fundamentais em matéria tributária, mais especificamente as restrições a que tais direitos se sujeitam sob a justificativa da realização de bens coletivos. Toma-se como premissa que o controle de proporcionalidade é o método que melhor cumpre os propósitos de: a) garantir a máxima eficácia possível a esses direitos; b) permitir o mais intenso controle intersubjetivo de decisões judiciais acerca de restrições a eles impostas. Assume-se como parâmetro de trabalho os direitos de igualdade assegurados ao contribuinte, especialmente o direito à graduação de impostos conforme a capacidade contributiva, em busca da definição dos pressupostos e limites à aplicação do controle de proporcionalidade em matéria tributária. Discute-se o forte consenso que existe sobre a classificação das normas tributárias em fiscais e extrafiscais, concluindo-se que tal classificação é possível. Por conta disso, também se conclui não poder tal classificação servir de critério para delimitar os casos em que o controle de proporcionalidade é devido ou possível. Os pressupostos para aplicação do controle de proporcionalidade em matéria tributária, portanto, são em relação a cada direito fundamental: de um lado, sua construção interpretativa sob a forma de princípio, com um amplo âmbito de proteção; de outro, identificarem-se, em medidas estatais, efeitos restritivos sobre tal direito.

Palavras-Chave:

Tributos – Efeitos – Direitos Fundamentais - Restrições – Proporcionalidade - Controle

ABSTRACT

This work aims at the constitutional rights concerning tax matters, specially the restrictions to which such rights are subjected, due to justifications related to collective goods. It takes for granted the proportionality principle as the method which: a) ensures the best realization possible to these rights; b) enables the most intense inter-subjective control over judicial decisions regarding the mentioned restrictions. The equality rights granted to taxpayers, specially the ability to pay principle were chosen as a pattern on searching to define the requirements and limits to the application of the proportionality principle in tax matters. It questions the strong doctrine of the classification of tax norms according to its fiscal or non-fiscal purposes, concluding that such a classification is not possible. Because of this, it also concludes that this distinction can not be the criteria to define the cases to which the proportionality principle is possible and should be done. The requirements to the application of the proportionality principle in tax matters, concerning each constitutional right, are therefore: a) its interpretative construction with the structure of a legal principle, with a wide realm of protection; b) the identification of State measures that restrict such a realm.

Key-words:

Taxes – Effects – Constitutional Rights – Restrictions – Proportionality Principle - Control

CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM MATÉRIA
TRIBUTÁRIA:
RESTRICÇÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS DO CONTRIBUINTE
ÍNDICE

Introdução

Capítulo I - O controle de proporcionalidade como método: enfrentamento de críticas.....	13
1. Premissas metodológicas.....	13
1.1 <i>A proporcionalidade como método</i>	13
1.2 <i>Proporcionalidade como decorrência da definição de princípios</i>	18
1.3 <i>A definição de princípios como produto da interpretação</i>	20
1.4 <i>O caráter formal da regra da proporcionalidade</i>	23
1.5 <i>A regra que impõe a proporcionalidade também como decorrência de uma opção interpretativa</i>	24
2. Críticas à proporcionalidade.....	31
2.1 <i>A identificação do objeto das críticas</i>	31
2.2 <i>A violação à separação de poderes</i>	34
2.3 <i>O caráter teleológico do controle de proporcionalidade e o utilitarismo</i>	36
2.4 <i>A inexistência de uma distinção “forte” entre princípios e regras</i>	38
2.5 <i>Falta de objetividade</i>	40
2.6 <i>Auto-compreensão equivocada como método geral de aplicação do direito</i>	44
2.7 <i>O perigo de os direitos fundamentais tornarem-se todos ponderáveis, portanto restringíveis</i>	45
Capítulo II - O controle de proporcionalidade na prática e suas limitações	50
1. A metodologia do controle de proporcionalidade.....	50
1.1 <i>Hipótese de incidência e consequência jurídica das normas de direitos fundamentais</i>	50
1.2 <i>O âmbito de proteção dos direitos fundamentais</i>	53
1.3 <i>As três fases do controle de proporcionalidade</i>	55
1.4 <i>Possibilidade e primeiros passos do controle de proporcionalidade na prática judicial brasileira</i>	56
1.5 <i>A possibilidade do controle de proporcionalidade no âmbito do direito geral de igualdade</i>	62
2. Dificuldades específicas do controle de proporcionalidade de normas tributárias.....	69

2.1 <i>As dificuldades na definição dos fins das normas tributárias como seu parâmetro de adequação</i>	70
2.2 <i>A adequação e a identificação dos fins</i>	74
2.3 <i>As dificuldades do exame necessidade de efeitos indutores de normas</i>	77
2.4 <i>A delimitação do âmbito de aplicação do controle de proporcionalidade com base na função das normas tributárias</i>	80
Capítulo III – Da justificação dos tributos à estratificação dos seus efeitos	87
1. A justificação dos tributos e a igualdade.....	87
2. A doutrina da causa dos tributos como origem da sua justificação: enfrentamento de críticas.....	89
3. A justificação e a classificação finalística.....	96
4. A identificação dos fins das normas tributárias pelos seus efeitos.....	101
5. A fiscalidade como repartição de encargos.....	108
Capítulo IV – Os limites à aplicação do controle de proporcionalidade em matéria tributária.....	117
1. Da classificação aos limites à aplicação da proporcionalidade.....	117
1.1 <i>Fiscalidade e extrafiscalidade: fins internos e externos</i>	117
1.1.1 <i>Praticabilidade e extrafiscalidade</i>	123
1.1.2 <i>Praticabilidade e combate ao abuso</i>	125
1.2 <i>Fiscalidade e controle de correspondência</i>	128
2. O controle de proporcionalidade na função fiscal.....	131
2.1 <i>A colisão de princípios na fiscalidade</i>	132
2.1.1 <i>Praticabilidade, combate ao abuso e critérios de igualdade</i>	134
2.1.2 <i>Perspectivas do mesmo critério de igualdade</i>	141
2.2 <i>Restrição a direito fundamental do contribuinte como pressuposto do controle de proporcionalidade</i>	145
3. A identificação de restrições a direitos fundamentais em matéria tributária.....	146
3.1 <i>A Estratificação de efeitos (restritivos e justificadores) a partir da proposta de Vogel</i>	148
3.1.1 <i>Estratificação objetiva</i>	150
3.1.2 <i>Estratificação subjetiva</i>	152
3.2 <i>Estratificação (objetiva) de efeitos dentro da fiscalidade</i>	154
3.3 <i>A estratificação (objetiva) de efeitos e a partir de decisões legislativas</i>	155
Capítulo V - A relação (e a distinção) entre direitos fundamentais e bens coletivos	159

1. Bens coletivos como elementos da teoria dos direitos fundamentais.....	160
2. A definição de “bem”	166
3. A distinção entre bens e direitos, a colisão indireta entre direitos fundamentais e bens coletivos e a justiciabilidade	167
4. Direito objetivo e direito subjetivo	173
5. Caráter não-distributivo dos bens coletivos	181
6. Caráter não-distributivo dos bens coletivos	187
7. A zona limítrofe tanto na economia quanto no direito.....	190
 Capítulo VI – Os fins das normas tributárias: concretização de direitos fundamentais e bens coletivos	199
1. Considerações iniciais.....	199
2. Os objetivos da tributação.....	200
3. Os objetivos das normas tributárias	204
3.1 Eficiência econômica.....	205
3.2 Flexibilidade.....	207
3.3 Previsibilidade	209
3.4 Transparência.....	211
3.5 Simplicidade.....	213
3.6 Equidade.....	217
4. Algumas definições sobre o âmbito de proteção do direito fundamental à graduação de impostos conforma a capacidade contributiva.....	222
4.1 O direito a pagar impostos conforme o preço efetivamente praticado em operações comerciais (substituição tributária “para frente”).....	225
4.2 O direito a pagar imposto sobre a renda da pessoa jurídica a partir da base mais próxima possível do lucro (dedutibilidade de créditos de ICMS como custo).....	227
4.3 O direito de pagar o imposto de renda da pessoa jurídica com base na disponibilidade efetiva dos lucros (regras CFC – Controlled Foreign Corporations)	228
 Capítulo VII – A simplificação, o combate ao abuso e a relação difícil deles entre si e com os direitos fundamentais.....	231
1. Simplificação e igualdade na tributação	231
1.1 A normatividade da simplificação.....	234

1.2 A simplificação e a praticabilidade prescritas pelo Direito.....	240
1.3 Os instrumentos de simplificação como “desconsiderações”	245
2. O combate ao abuso.....	247
2.1 O combate ao abuso como bem coletivo	249
2.2 A paradoxal relação entre a praticabilidade e o combate à elisão e à evasão.....	251
Conclusões.....	259
Bibliografia.....	261

INTRODUÇÃO

Em meados de 2013, o Supremo Tribunal Federal encerrou um julgamento que se prolongava por cerca de dez anos e que tinha por objeto a validade de um regramento relacionado ao imposto de renda das pessoas jurídicas. Trata-se da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2588¹, inicialmente relatada pela Ministra Ellen Gracie e cuja redação do acórdão coube ao Ministro Joaquim Barbosa.

O caso por si só já é emblemático, em razão do inusitado resultado com que se deparou aquela corte, após os ministros proferirem seus votos. Simplesmente parecia não haver consenso nenhum que pudesse ser proclamado como resultado do julgamento, porque não se tratava simplesmente de julgar constitucional ou inconstitucional o art. 74 da Medida Provisória n. 2.158-35, que instituía o regime de transparência fiscal internacional para empresas brasileiras que tivessem participações societária em outras pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, conhecidas globalmente pela expressão *Controlled Foreign Corporations*, falando-se internacionalmente em “regras CFC”.

A inicial falta de um resultado que pudesse ser proclamado para o deslinde da questão se devia ao fato de os ministros terem procedido a diversas considerações sobre o conteúdo e os limites que tal regramento poderia ter, em face dos direitos fundamentais assegurados aos contribuintes. Exatamente por ter prescrito uma hipótese de aplicação extremamente ampla, o regime foi considerado por muitos julgadores válido, embora em extensões diferentes. Em outras palavras, afora os votos pela total constitucionalidade ou inconstitucionalidade da medida legal, houve uma série de posicionamentos pela sua validade parcial. O problema era a falta de consenso sobre a delimitação dessa parcialidade.

Mais interessante ainda pode ser tentar compreender como isso ocorreu em termos argumentativos. As divergências sobre os limites ao diploma legal impugnado decorreram do fato de os ministros terem feito considerações circunstanciais para tentar chegar aos limites impostos ao legislador tributário naquele caso. Buscaram justificativas que pudessem, pelo menos, em princípio, dar validade à medida impugnada, para, em seguida, fazer considerações sobre a possibilidade de o Estado atingir tais fins, por meio de medidas menos restritivas aos direitos dos contribuintes.

¹ STF, ADI 2577 DF, Rel. Min. Ellen Gracie, Relator para o acórdão Min. Joaquim Barbosa. D.J.e 13.2.214.

Essa foi, portanto, a questão.

Travaram-se, então, divergências em grande parte e, especialmente, a respeito do seguinte aspecto: a partir de que ponto o fisco realmente *necessitava* de tais medidas e, no sentido inverso, a intensidade com a qual a ordem constitucional admitia restrições aos direitos fundamentais em jogo. Em outras palavras, identificou-se uma medida restritiva a direitos fundamentais cujo conteúdo era relativo e verificou-se sua adequação e sua necessidade.

Percebe-se com isso que esse é apenas mais um exemplo dos casos cuja solução pode ser reconstruída sob os pressupostos metodológicos do controle de proporcionalidade.

Se essa construção é possível, correta, válida e, acima de tudo, contribui para a dogmática dos direitos fundamentais do contribuinte, é o que se tentará responder no decorrer deste trabalho.

CONCLUSÕES

Embora o controle de proporcionalidade seja um modelo teórico alvejado pelas mais diversas críticas, ele parece superá-las, tendo muito mais vantagens que desvantagens e se firmando como um método de aplicação de direitos fundamentais cada vez mais buscado por diversas cortes. Por isso, ele merece atenção do estudioso do direito. O fato de sua aplicação muitas vezes ter cunho muito mais retórico em algumas decisões judiciais, não impede que ele seja um método dogmático de reconstrução dos fundamentos dessas e de outras decisões, sempre que elas apliquem direitos fundamentais assumindo, ainda que implicitamente, a natureza gradual de sua eficácia, que por sua vez é dependente de circunstâncias externas ao próprio direito para que seu conteúdo seja definitivo em cada caso concreto.

Ele já pode ser aplicado na reconstrução da prática judicial brasileira, ainda que de forma incipiente, inclusive no que toca aos direitos fundamentais do contribuinte. Desse modo, é preciso observar algumas especificidades do exame no que se refere à matéria tributária. O controle de adequação se confunde com a própria identificação dos fins justificadores de medidas restritivas de direitos fundamentais do contribuinte, de modo que, ao se identificarem tais finalidades, já se terá estabelecido a relação de causalidade que caracteriza o exame. Por sua vez, o teste de necessidade de normas tributárias com efeito indutor é repleto de dificuldades, por força das incertezas empíricas a cerca da eficácia do que se possa identificar como incentivos fiscais.

A identificação da finalidade das normas tributárias só é possível a partir dos seus efeitos, que por sua vez, são contingentes e multifacetados, pelo que, o fato de se poderem identificar efeitos indutores ou simplificadores em um determinado regramento não permite sua classificação de forma geral e abstrata, a não ser muito subjetivamente. Daí que se normas não podem ser abstratamente classificadas, tais propostas classificatórias não podem servir de parâmetro para responder quando é devido (e até possível) proceder ao controle de proporcionalidade.

Direitos fundamentais colidem com medidas justificadas em bens coletivos mesmo dentro do que se convencionou chamar de função fiscal, pois muitas vezes normas diferentes contemplam o mesmo objeto, sendo diversa apenas a perspectiva individual ou coletiva de que partem, o que pode ser visto em relação aos critérios materiais de igualdade na tributação.

Portanto, normas tributárias têm por finalidade realizar direitos fundamentais e bens coletivos ao mesmo tempo, e esses dois elementos travam relações bastante complexas entre si, quando se observam normas legais que promovem descon siderações de particularidades dos contribuintes exatamente para assegurar um nível uniforme de consideração de particularidades de todos.

BIBLIOGRAFIA

AARNIO, Aulis. Taking rules seriously. *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie, Beiheft* (42/180). 1990.

ADAMY, Pedro Augustin. Instrumentalização do direito tributário. In: Humberto Ávila (org.), *Fundamentos do direito tributário*. Madri / Barcelona / Buenos Aires / São Paulo: 2012, pp. 301-329.

ALEXY, Robert. Problems of discursive rationality in Law. *Archiv für Rechts- und Sozialphilosophie, Beiheft* (42/174), 1989.

ALEXY, Robert. Grundrechte als subjektive Rechte und als objektive Normen. Robert Alexy, *Recht, Vernunft, Diskurs: Studien zur Rechtsphilosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995, pp. 262-287.

ALEXY, Robert. Individuelle Rechte und kollektive Güter. Robert Alexy, *Recht, Vernunft, Diskurs: Studien zur Rechtsphilosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1995, pp. 232-261.

ALEXY, Robert. On the structure of legal principles. *Ratio Juris* (13/294), 2000.

ALEXY, Robert. *Postscript to A Theory of Constitutional Rights*. English translation by Julian Rivers. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ALEXY, Robert. *Theorie der Grundrechte*. 6. Aufl. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006.

ALEXY, Robert. Begriff und Geltung des Rechts. 3. Aufl. Freiburg: Karl Alber, 2011.

ALEXY, Robert. Dever ideal. In: Laura Clérico, Jan-R. Sieckmann e Daniel Oliver-Lalana (coords.), *Derechos fundamentales, principios e argumentación: estudios sobre la teoría jurídica de Robert Alexy*. Granada: Comares, 2011, pp. 15-35.

AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

AMATUCCI, Andrea. *L'ordinamento giuridico della finanza pubblica*. 8 ed. Napoli: Jovene, 2007.

ANDEL, Norbert. *Finanzwissenschaft*. 3. Aufl. Tübingen: Mohr Siebeck, 1992.

ANDREWS, William D. Personal Deductions in an Ideal Income Tax. *Harvard Law Review* (86/309), 1972.

ARANGO, Rodolfo. Concepciones deontológicas y teleológicas de los derechos fundamentales. In: Laura Clérico, Jan-R. Sieckmann e Daniel Oliver-Lalana (coords.), *Derechos fundamentales, principios e argumentación: estudios sobre la teoría jurídica de Robert Alexy*. Granada: Comares, 2011.

ARAÚJO, Jackson Borges de. ICMS: ficção do fato gerador na substituição tributária. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.

ATALIBA, Geraldo. Sistema constitucional tributário. São Paulo: RT, 1968.

ATALIBA, Geraldo. Emenda 3/93 (à Constituição de 1988). *Revista trimestral de direito público* (1, n. 4/172), 1993.

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

ÁVILA, Humberto. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. *Revista de direito administrativo* (215/151), 1999.

ÁVILA, Humberto. Argumentação jurídica e a imunidade do livro eletrônico. In: Ricardo Lobo Torres (Coord.), *Temas de interpretação do direito tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. 109-157.

ÁVILA, Humberto. Conteúdo, limites e intensidade dos controles de razoabilidade, de proporcionalidade e de excessividade das leis. *Revista de direito administrativo* (236/369), 2004.

ÁVILA, Humberto. Presunções a pautas fiscais frente à eficiência administrativa. In: Valdir de Oliveira Rocha (coord.), *Grandes questões atuais de direito tributário*, 9º vol. São Paulo: Dialética, 2005, pp. 277-288.

ÁVILA, Humberto. Repensando o “princípio da supremacia do interesse público sobre o particular”. In: Daniel Sarmiento (org.), *Interesses públicos versus interesses privados: desconstruindo o princípio de supremacia do interesse público*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, pp. 171-215.

ÁVILA, Humberto. Legalidade tributária multidimensional. In: Roberto Ferraz (org.), *Princípios e limites da tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005, pp. 279-291.

ÁVILA, Humberto. Parecer. Imposto sobre a circulação de mercadorias – ICMS. Substituição tributária. Base de cálculo. Pauta fiscal. Preço máximo ao consumidor final. Diferença constante entre o preço usualmente praticado e o preço constante da pauta ou o preço máximo ao consumidor sugerido pelo fabricante. Exame de constitucionalidade. *Revista dialética de direito tributário* (123/122), 2005.

ÁVILA, Humberto. Planejamento tributário. Conferência. XX Congresso Brasileiro de Direito Tributário. *Revista de direito tributário* (98/74), 2007.

ÁVILA, Humberto. Regra-matriz versus princípios. In: Luís Eduardo Schoueri (coord.), *Direito tributário: homenagem a Paulo de Barros Carvalho*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, pp. 67-77.

ÁVILA, Humberto. *Sistema constitucional tributário*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

ÁVILA, Humberto. *Teoria da igualdade tributária*. São Paulo: Malheiros, 2008.

ÁVILA, Humberto. Proporcionalidade e direito tributário. *Revista direito tributário atual* (25/83), 2011.

ÁVILA, Humberto. *Segurança jurídica: entre permanência, mudança e realização no direito tributário*. São Paulo: Malheiros, 2011.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 12ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

AVI-YONAH, Reuven. The three goals of taxation. *Tax Law Review* (60/1), 2006.

BALDWIN, Trevor. Taxation Compliance Costs: Implications for the Small Business. *British Tax Review* (1989/319), 1989.

BALEEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. 14ª ed. revista e atualizada por Flávio Bauer Novelli. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

BALEEIRO, Aliomar. *Limitações constitucionais ao poder de tributar*. 7ª ed. Revista e atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

BALLEIRO, Aliomar. *Uma introdução à ciência das finanças*. 17ª ed. revista e atualizada por Hugo de Brito Machado Segundo. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

BALOGH, Zsolt; HAJAS, Barnabás. In: Lóránt Csink, Balázs Schanda, András Zs. Varga, *The Basic Law of Hungary: a First Commentary*. Dublin: Clarus, 2012.

BARRETO, Paulo Ayres. Preços de transferência. XIII Congresso Brasileiro de Direito Tributário. *Revista de direito tributário* 78/132), 2000.

BARRETO, Aires F. Substituição tributária e restituição de diferenças de base de cálculo. *Revista dialética de direito tributário* (84/7), 2002.

BARRETO, Paulo Ayres. *Contribuições: regime jurídico, destinação e controle*. São Paulo: Noeses, 2006.

BARRETO, Paulo Ayres. *Elisão tributária: limites normativos*. Tese de livre-docência. São Paulo: Universidade de São Paulo: 2008.

BARRETO, Paulo Ayres. O tratamento transnacional dos preços de transferência e seus limites constitucionais. In: Luís Eduardo Schoueri (coord.), *Tributos e preços de transferência*, 3º vol. São Paulo: Dialética, 2009, pp. 131-147.

BARRETO, Paulo Ayres. Segurança jurídica no planejamento tributário. In: Valdir de Oliveira Rocha (coord.), *Grandes questões atuais do direito tributário*, 14º vol. São Paulo: Dialética, 2010, pp. 268-282.

BARRETO, Paulo Ayres. Planejamento tributário: perspectivas jurisprudenciais. In: Valdir de Oliveira Rocha (coord.), *Grandes questões atuais do direito tributário*, 15º vol. São Paulo: Dialética, 2011, pp. 292-323.

- BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. São Paulo: Lejus, 1998.
- BELLSTEDT, Christoph. *Die Besteuerung international verflochtener Gesellschaften*. 3. Aufl. Köln: Dr. Otto Schmidt, 1973.
- BELSER, Eva Maria; WALDMANN, Bernhard; MOLINARI, Eva. *Grundrechte: Allgemeine Grunrechtslehren*. Zürich, Basel, Genf: Schulthess, 2012.
- BELTRAME, Pierre. *La fiscalité en France*. 19^e éd. Paris: Hachette Supérieur, 2013.
- BERNAL PULIDO, Carlos. ¿Es la ponderación irracional y contraria al principio de proporcionalidad? Una discusión sobre la teoría de los derechos fundamentales como principios en el contexto de España. In: Jan-R. Sieckmann (ed.), *La teoría principialista de los derechos fundamentales: estudios sobre la teoría de los derechos fundamentales de Robert Alexy*. Madrid / Barcelona / Buenos Aires: Marcial Pons, 2011.
- BEYER, Tina. *Die Freiheitsrechte, insbesondere die Eigentumsfreiheit, als Kontrollmaßstab für die Einkommensbesteuerung: Zur Anwendung des Verhältnismäßigkeitsgrundsatzes im Steuerrecht*. Berlin: Duncker & Humblot, 2003.
- BIANCO, João Francisco. *Transparência fiscal internacional*. São Paulo: Dialética, 2007.
- BIDLYNSKI, Franz. *Grundzüge der juristischen Methodenlehre*. 2. Aufl. Wien: Facultas, 2012.
- BIRK, Dieter. *Das Leistungsfähigkeitsprinzip als Maßstab der Steuernormen*. Köln: Dr. Peter Deubner, 1983.
- BIRK, Dieter. *Steuerrecht*. 15. Aufl. Heidelberg: C.F. Müller, 2012.
- BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. Grundrechte als Grundsatznormen. Zur gegenwärtigen Lage der Grundrechtsdogmatik. In: Ernst-Wolfgang Böckenförde, *Staat, Verfassung, Demokratie*. Frankfurt am Main: suhrkamp: 1991, pp.159-199.
- BORGES, José Souto Maior. A isonomia tributária na Constituição Federal de 1988. *Revista de direito tributário* (64/8), 1994.
- BORGES, José Souto Maior. *Teoria geral da isenção tributária*. 3^a ed. São Paulo: Malheiros, 2001.
- BOROWSKI, Martin. *Grundrechte als Prinzipien*. 2. Aufl. Baden-Baden: Nomos, 2007.
- BOUVIER, Michel. *Introduction au droit fiscal général et à la théorie de l'impôt*. 11^e éd. Paris: L. G. D. J., 2012.
- BUNDESMINISTERIUM FÜR WIRTSCHAFT UND FINANZEN. Gutachten der Steuerreformkommission. Bonn: Wilhelm Stollfuß, 1971.

CARLO, Leonardo di. *Diritti fondamentali tra teoria del discorso e prospettive istituzionalistiche*. Milano: Giuffrè, 2009.

CARON, Paul L.; BURKE, Caren C.; McCOUCH, Grayson M. P (eds.). *Federal Income Tax Anthology*. Cincinnati (Ohio): Anderson, 1997.

CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de direito constitucional tributário*. 19ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

CARRAZZA, Roque Antônio. *ICMS*. São Paulo: Malheiros, 2003.

CARRAZZA, Roque Antônio. *Imposto sobre a renda (perfil constitucional e temas específicos)*. São Paulo: Malheiros, 2005.

CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CAVALCANTE, Denise Lucena. A razoabilidade e a proporcionalidade na interpretação judicial das normas tributárias. In: Ricardo Lobo Torres (coord.), *Temas de interpretação do direito tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. 33-56.

CLÉRICO, Laura. *Die Struktur der Verhältnismäßigkeit*. Baden-Baden: Nomos, 2001.

COSTA, Regina Helena. *O princípio da capacidade contributiva*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

COSTA, Regina Helena. *Praticabilidade e justiça tributária: Exequibilidade de lei tributária e direitos do contribuinte*. São Paulo: Malheiros, 2007.

DERZI, Misabel de Abreu Machado. *Direito tributário, direito penal e tipo*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2002.

DERZI, Misabel Abreu Machado. Tributação dos lucros auferidos no exterior por subsidiárias, controladas e coligadas e os paraísos fiscais. In: Valdir de Oliveira Rocha (coord.), *Grandes questões atuais do direito tributário*, 9º vol. São Paulo: Dialética, 2005, pp. 411-429.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. In: Paulo Bonavides, Jorge Miranda, Walber de Moura Agra (coord. Científicos), Francisco Bilac Pinto Filho, Otávio Luiz Rodrigues Júnior (coord. Editoriais), *Comentários à Constituição Federal de 1988, art. 5º, caput*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. *Teoria geral dos direitos fundamentais*. 2ª ed. São Paulo: RT, 2009.

DREW, Bill. *Preußisches Polizeirecht. 1. Bd. Allgemeiner Teil*. 3. Auf. Berlin: Carls Heymans, 1931.

DRÜEN, Klaus-Dieter. In: *Tipke / Kruse Abgabenordnung und Finanzgerichtsordnung: Kommentar*, vol. I, § 42. Lfg. 124. Köln: Dr. Otto Schmidt, 2013.

DWORKIN, Ronald. *Taking Rights Seriously*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1977.

DWORKIN, Ronald. Rights as Trumps. In: Jeremy Waldron (ed.), *Theories of Rights*. Oxford: Oxford University Press, 1984.

DWORKIN, Ronald. *A Matter of Principle*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1985.

EHRKE-RABEL, Tina. In: *Doralt / Ruppe, Steuerrecht II*. 6. Aufl. Wien: Manz, 2011.

ENGLMAIR, Vanessa E. The relevance of the fundamental freedoms for direct taxation. In: Lang / Pistone / Schuch / Staringer (eds.), *Introduction to European Tax Law on Direct Taxation*. Vienna, 2008, pp. 35-64.

FALCÃO, Amílcar de Araújo. O fato gerador da obrigação tributária. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2007.

FERRAGUT, Maria Rita. Presunções no direito tributário. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado. *Cadernos de direito tributário e finanças públicas (1/141)*, 1992.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRAZ, Roberto. Igualdade na tributação – qual o critério que legitima discriminações em matéria fiscal. In: Roberto Ferraz (coord.), *Princípios e limites da tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005, pp. 448-523.

FERREIRA, Pinto. *Curso de direito constitucional*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FOLLONI, André. *Ciência do direito tributário no Brasil: crítica e perspectivas a partir de José Souto Maior Borges*. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRIAUF, Karl Heinrich. Steuerrecht und Verfassungsrecht. *Deutsche Steuer-Zeitung / Ausgabe A (Nr. 19-20/359)*. 1975.

GAEDKE, Gerhard; JILCH, Martin; LEITINGER, Helmut; HÖBAUS, Susanna. *Die Pauschalierung im Einkommen- und Umsatzsteuerrecht: Praxishandbuch*. Graz: dbv – Verlag für die Technische Universität Graz, 2010.

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

GRAU, Eros Roberto. *Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e dos princípios)*. São Paulo: 2013.

GRECO, Marco Aurélio. *Planejamento tributário*. São Paulo: 2004.

GRECO, Marco Aurélio. Tributação e tempo futuro. In: Maria Lúcia L. M. Padua Lima (coord.), *Agenda contemporânea: direito e economia: 30 anos de Brasil. T. 3*. São Paulo: Saraiva, 2012, pp. 81-94.

GREGÓRIO, Ricardo Marozzi. *Preços de transferência: arm's lenght e praticabilidade*. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

GRIFFITH, Thomas D. Theories of Personal Deduction in the Income Tax. *Hastings Law Journal* (40/343), 1989.

GRIZIOTTI, Benvenuto. *Primi elementi di scienza delle finanze*. Milano: Giuseppe Principato, 1940.

GUTMANN, Daniel. Do direito à filosofia do tributo. In: Roberto Ferraz (coord.), *Princípios e limites da tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005, pp. 28-39.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade. Vol. I*. Tradução brasileira de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2012.

HANGARTNER, Yvo. *Grundzüge des schweizerischen Staatsrechts, Band II: Grundrechte*. Zürich: Schulthess, 1982.

HEIL-FROIDEVAUX, Adrienne. *Steuerrechtliche Praktikabilität unter verfassungsrechtlichen Gesichtspunkten*. Bern: Stämpfli, 2006..

HEINICKE, Wolfgang. *Schmidt Einkommensteuergesetz Kommentar, § 4, Abs. 5*. 30. Auf. Heidelberg: C.H. Beck, 2011.

HERRERA MOLINA, Pedro M. *Capacidad económica y sistema fiscal: Análisis del ordenamento español a la luz del Derecho alemán*. Madrid / Barcelona: Marcial Pons, 1998.

HEY, Johanna. In: *Tipke / Lang Steuerrecht*. 21. Auf. Köln: Dr. Otto Schmidt, 2013.

HIRSCHBERG, Lothar. *Der Grundsatz der Verhältnismäßigkeit*. Göttingen: Otto Schwartz & Co, 1981.

HOLMES, Kevin. *The concept of income. A multidisciplinary analysis*. Amsterdam: IBFD, 2001.

HOLMES, Stephan; SUNSTEIN, Cass R. *The cost of rights. Why liberty depends on taxes*. Nova Iorque / Londres: W. W. Norton & Company, 2000.

HOTZ, Werner Friedrich. *Zur Notwendigkeit und Verhältnismässigkeit von Grundrechtseingriffen unter besonderer Berücksichtigung der bundesgerichtlichen Praxis zur Handels- und Gewerbebefreiheit*. Zürich: Schulthess, 1977.

HUSTER, Stefan. *Recht und Ziele. Zur Dogmatik des allgemeinen Gleichheitssatzes*. Berlin: Duncker & Humblot, 1993.

HUSTER, Stephan. Gleichheit und Verhältnismäßigkeit: Der allgemeine Gleichheitssatz als Eingriffsrecht. *Juristen Zeitung* (11/541), 1994.

IPSEN, Jörn. *Staatsrecht II: Grundrechte*. 15. Aufl. München: Vahlen, 2012.

IPSEN, Jörn. *Staatsrecht II: Grundrechte*. 16. Aufl. München: Vahlen, 2013.

ISENSEE, Josef. *Die typisierende Verwaltung: Gesetzesvollzug im Massenverfahren am Beispiel der Typisierenden Betrachtungsweise des Steuerrechts*. Berlin: Duncker & Humblot, 1976.

JARASS, Hans D. In: *Jarass / Pieroth Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland: Kommentar, Art. 20*. 12. Aufl. München: C.H. Beck, 2012.

JELLINEK, Georg. *System der subjektiven öffentlichen Rechte*. 2. Aufl. Tübingen: Mohr Siebeck, 1905.

KAUFMANN, Arthur. *Rechtsphilosophie*. 2. Aufl. München: Beck, 1997.

KELMAN, Mark G. Personal Deductions Revisited: Why They Fit Poorly in an "Ideal" Income Tax and Why They Fit Worse in a Far from Ideal World. *Stanford Law Review* (31/831), 1979.

KIRCHHOF, Paul. Legalität, Gestaltungsfreiheit und Belastungsgleichheit. In: Reiner Hüttermann (Hsgr.), *Gestaltungsfreiheit und Gestaltungsmissbrauch im Steuerrecht. DStJG 33*. Köln: Dr. Otto Schmidt, 2010, pp. 9-23.

KLEIN, Franz; RATSCHOW, Eckart. *Abgabenordnung: Kommentar, § 42*. 10. Aufl. Heidelberg: C.H. Beck: 2009.

KLÍMA, Karel. *Constitutional Law of the Czech Republic*. Plzeň: Alès Čeněk, 2008.

KRAFT, Gerhard. *Kraft, Außensteuergesetz Kommentar, § 1, Abs. 3*. München: C.H. Beck, 2009.

KRAUS, Rupprecht von. *Die Grundsatz der Verhältnismäßigkeit*. Hamburg: Appel, 1955.

KUMM, Matthias. Mas alla del principio de proporcionalidad. El pluralismo estructural de los derechos fundamentales en el derecho constitucional de los Estados Unidos. In: Jan-R. Sieckmann (ed.), *La teoria principialista de los derechos fundamentales: estudios sobre la teoria de los derechos fundamentales de Robert Alexy*. Madrid / Barcelona / Buenos Aires: Marcial Pons, 2011.

LANG, Joachim. *Die Bemessungsgrundlage der Einkommensteuer: rechtssystematischen Grundlagen steuerlichen Leistungsfähigkeit im deutschen Einkommensteuerrecht*. Köln: Dr. Otto Schmidt, 1988.

LANG, Joachim. In: *Tipke / Lang Steuerrecht*. 19. Auf. Köln: Dr. Otto Schmidt, 2008.

LANG, Joachim. In: *Tipke / Lang, Steuerrecht*. 20. Auf. Köln: Dr. Otto Schmidt, 2010.

LARENZ, Karl. *Methodenlehre der Rechtswissenschaft*. 6. Auf. Berlin / Heidelberg: Springer, 1991.

LARENZ, Karl; CANARIS, Klaus-Wilhelm. *Methodenlehre der Rechtswissenschaft*. 3. Auf. Berlin / Heidelberg: Springer, 1995.

LEHNER, Moris. Consideração econômica e tributação conforme a capacidade contributiva. Sobre a possibilidade de uma interpretação teleológica de normas com finalidades arrecadatórias. In: Luís Eduardo Schoueri e Fernando Aurelio Zilveti (Coords.), *Direito tributário: estudos em homenagem a Brandão Machado*. São Paulo: Dialética, 1998, pp. 143-154.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MAHLMANN, Mathias. *Rechtsphilosophie und Rechtstheorie*. 2. Auf. Baden-Baden: Nomos, 2012.

MARTINS, Leonardo. *Liberdade e Estado constitucional. Leitura jurídico-dogmática de uma complexa relação a partir da teoria liberal dos direitos fundamentais*. São Paulo: Atlas, 2012.

McNULTY, John K. Tax Policy and Tuition Credit Legislation: Federal Income Tax Allowances for Personal Costs of Higher Education. *California Law Review* (61/1), 1973.

MENDES, Gilmar Ferreira. A proporcionalidade na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. *Repertório IOB de Jurisprudência* (23/475), 1994.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MENENDEZ, Agustin José. *Justifying taxes: some elements for a democratic theory of tax law*. Dordrecht: Kluwer, 2001.

MICHAEL, Lothar. Los derechos de igualdad como principios jufundamentales. In: Jan-R. Sieckmann (ed.), *La teoria principialista de los derechos fundamentales: estudios sobre la teoria de los derechos fundamentales de Robert Alexy*. Madrid / Barcelona / Buenos Aires: Marcial Pons, 2011.

MICHAEL, Lothar; MORLOK, MARTIN. *Grundrechte*. 3. auf. Baden-Baden: Nomos, 2012.

MORSE, Geoffrey; WILLIAMS, David. *Davies: Principles of Tax Law*. London: Sweet & Maxwell, 2008.

MOSCHETTI, Francesco. *Il principio della capacità contributiva*. Padova: CEDAM, 1973.

MUGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. *Public Finance in Theory and Practice*. International student edition. 2nd Ed. Tokyo / Auckland / Düsseldorf / Johannesburg / London / Mexico / New Delhi / Panama / Sao Paulo / Singapore / Sydney: McGraw-Hill Kogakusha: 1976.

MÜNCH, Klaus Norbert. *Kollektive Güter und Gebühren – Elemente einer Gebührentheorie für Kollektivgüter: Eine theoretische und empirische Analyse*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1976.

MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. *O mito da propriedade*. Tradução brasileira de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NABAIS, José Casalta. *O dever fundamental de pagar impostos*. Coimbra: Almedina, 2004.

NABAIS, José Casalta. *Por um Estado fiscal suportável: estudos de direito fiscal*. Coimbra: Almedina: 2005.

NEVES, Marcelo. *Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

NOGUEIRA, João Félix Pinto. *Direito fiscal europeu - o paradigma da proporcionalidade: a proporcionalidade como critério central de compatibilidade de normas tributárias internas com as liberdades fundamentais*. Coimbra: Coimbra, 2010.

NUSDEO, Fábio. *Curso de economia: introdução ao direito econômico*. 6ª ed. São Paulo: RT, 2010.

ÖHLINGER, Theo; EBERHARD, Harald. *Verfassungsrecht*. 9 auf. Wien: Facultas.wuv, 2012.

PAPIER, Hans-Jürgen. *Die finanzrechtlichen Gesetzesvorbehalte und das grundgesetzliche Demokratieprinzip*. Berlin: Duncker & Humblot, 1973.

PAULA, Felipe de. *A (de)limitação dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

PETERSEN, Hans-Georg. *Finanzwissenschaft I: Grundlegung – Haushalt – Aufgaben und Ausgaben – Allgemeine Steuerlehre*. 3 Auf. Stuttgart / Berlin / Köln: Kohlhammer, 1993.

PIEROTH, Bodo; SCHLINK, Bernhard. *Direitos fundamentais. Direitos estaduais II*. Tradução portuguesa da 22ª edição alemã de António C. Franco e António Francisco Sousa. Lisboa: Universidade Lusíada, 2008.

PIEROTH, Bodo; SCHLINK, Bernhard; KINGREEN, Thorsten; POSCHER, Ralf. *Grundrechte. Staatsrechte II*. Heidelberg: Beck: 2013.

- PISTONE, Pasquale. *Abuso del diritto ed elusion fiscale*. Padova: CEDAM, 1995.
- PLAZAS VEGA, Mauricio. *Derecho de la hacienda pública e derecho tributario. Tomo II. Derecho tributario*. Bogotá: Temis, 2005.
- POMINI, Renzo. *La causa impositionis*. Milano: Dott. A. Giuffrè, 1951.
- POSCHER, Ralf. Insights, Erros and Self-Misconceptions of the Theory of Principles. *Ratio Juris* (22/425), 2009.
- POSCHER, Ralf. Principles Theory: How Many Theories? What their merit? In: Mathias Klatt (ed.), *Institutionalized Reason: The Jurisprudence of Robert Alexy*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- POT, C.W. van der. *Handboek van het Nederlandse staatsrecht*. Zwolle: W.E.J. Tjeenk Willink, 1989.
- PRADO, Luís Régis. *Curso de direito penal brasileiro. Vol. 1: parte geral, arts. 1º a 120*. 4ª ed. São Paulo: RT, 2004.
- RADBRUCH, Gustav. Fünf Minuten Philosophie. *Gustav Radbruch Rechtsphilosophie. Studienausgabe herausgegeben von Ralf Dreier und Stanley Paulson*. 2. Auf. Heidelberg: C.F. Beck, 2003.
- RADBRUCH, Gustav. Gesetzliches Unrecht und übergesetzliches Recht. *Gustav Radbruch Rechtsphilosophie. Studienausgabe herausgegeben von Ralf Dreier und Stanley Paulson*. 2. Auf. Heidelberg: C.F. Beck, 2003.
- RAWLS, John. *A Theory of Justice*. 2 ed. Cambridge (Massachusetts): Belknap Harvard, 1999.
- RAZ, Joseph. Right-Based Moralities. In: Jeremy Waldron (ed.), *Theories of Rights*. Oxford: Oxford University Press, 1984, pp. 182-200.
- REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REICH, Markus. *Steuerrecht*. Zürich: Schulthess, 2009.
- REICH, Norbert. How proportionate is the proportionality principle? *Cadernos de pós-graduação em direito: estudos e documentos de trabalho / Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP*, N.º 5, 2011.
- REIMER, Ekkehart. Os efeitos das liberdades fundamentais do Tratado da Comunidade Europeia sobre o imposto de renda nos Estados-membros da Comunidade. In: Luís Eduardo Schoueri (coord.), *Direito tributário: estudos em homenagem a Alcides Jorge Costa, vol. I*. São Paulo: Quartier Latin, 2002, pp. 920-959.
- REIMER, Ekkehart. *Der Ort des Unterlassens. Die ursprungsbezogene Behandlung von Engelen für Untätigkeit im Internationalen Steuerrecht*. München: C.F. Beck, 2004.

REIMER, Ekkehart. Die sieben Stufen der Steuerrechtfertigung. In: Boris Gehlen / Frank Schorkopf (Hrsg.), *Demokratie und Wirtschaft: Eine interdisziplinäre Herausforderung*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013, pp. 113-141.

RIBEIRO, Ricardo Lodi. A interpretação da lei tributária na era da jurisprudência dos valores. In: Ricardo Lobo Torres (coord.), *Temas de interpretação do direito tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. 331-368.

RIVERS, Julian. Los principios de derecho fundamental em inglaterra: proporcionalidad y competencias de control judicial. In: Jan-R. Sieckmann (ed.), *La teoria principialista de los derechos fundamentales: estudios sobre la teoria de los derechos fundamentales de Robert Alexy*. Madri / Barcelona / Buenos Aires: Marcial Pons, 2011.

RODI, Micahel. *Die Rechtfertigung von Steuern als Verfassungsproblem: dargestellt am Beispiel der Gewerbesteuer*. München: C. F. Beck, 1994.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. *Public Finance*. 9th international edition. New York: McGraw-Hill, 2010.

ROSER, Frank. *Gosch Körperschaftsteuergesetz: Kommentar, § 8-c*. 2. Auf. München: C.H. Beck, 2009.

RÜFNER, Wolfgang. Kahl / Waldhoff / Walter (Hg.), *Bonner Kommentar zum Grundgesetz, Art. 3, Abs. 1*. Heidelberg: C.F. Müller, 1996.

RÜTHERS, Bernd; FISCHER, Christian; BIRK, Axel. *Rechtstheorie mit Juristischer Methodenlehre*. 7. Auf. München: C.H. Beck, 2013.

SANDFORD, Cedric. Tax Compliance Costs Matter: Chancellor Please Note. *British Tax Review* (1976/204), 1976.

SANDLER, Daniel. *Tax Treaties and Controlled Foreign Company Legislation*. 2nd Ed. The Hague / London / Boston: Kluwer, 1998.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. As classificações no sistema tributário brasileiro. In: In: Adilson Rodrigues Pires e Aires Fernandino Barreto (orgs.), *Justiça tributária: direitos do fisco e garantias dos contribuintes nos atos da administração e do processo tributário*. São Paulo: Max Limonad, 1998, pp. 125-147.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. *Preços de transferência: Fraude à lei e abuso de poder na pretensa regulamentação das Leis 9.403 e 9.959 pela IN 243*. São Paulo, 2011. Disponível no site: <http://www.fiscosoft.com.br/a/5jrd/precos-de-transferencia-fraude-a-lei-e-abuso-de-poder-na-pretensa-regulamentacao-das-leis-9430-e-9959-pela-in-243-eurico-marcos-diniz-de-santi> - Acesso em: 06/12/2011.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de. Reforma tributária. Reforma tributária: reconstruindo os laços nacionais do federalismo brasileiro e resgatando a dignidade do contribuinte. In: Maria Lúcia L. M. Pádua Lima (coord.), *Agenda contemporânea: direito e economia 30 anos de Brasil, vol. 3*. São Paulo: Saraiva: 2012, pp. 53-79.

SANTOS, Roman Tomazela. As Regras de Subcapitalização Introduzidas pela Lei 12.249/10. *Revista dialética de direito tributário* (184/116), 2011.

SANTOS, Roman Tomazela. As Regras de Subcapitalização e o Poder Regulamentar da Receita Federal do Brasil - Análise Crítica da Instrução Normativa RFB nº 1.154/2011; *Revista dialética de direito tributário* (192/101), 2011.

SCHENKE, Ralf Peter. *Die Rechtsfindung im Steuerrecht*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2007.

SCHLINK, Bernhard. *Abwägung im Verfassungsrecht*. Berlin: Duncker & Humblot, 1976.

SCHLINK, Bernhard. Der Grundsatz der Verhältnismäßigkeit. In: Peter Badura (Hsgr.), *FS 50 Jahre Bundesverfassungsgericht, Bd. II*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001, pp. 455-465.

SCHMÖLDERS, Günter; HANSMEYER, Karl-Heirich. *Allgemeine Steuerlehre*. 5 auf. Berlin: Dunker & Humblot, 1980.

SCHOUERI, Luís Eduardo. *Distribuição disfarçada de lucros*. São Paulo: Dialética, 1996.

SCHOEURI, Luís Eduardo. *Normas tributárias indutoras e intervenção econômica*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Imposto de renda e lucros auferidos no exterior. In: Valdir de Oliveira Rocha (coord.), *Grandes questões atuais do direito tributário*, 7º vol. São Paulo: Dialética, 2003, pp. 303-330.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Contribuição à investigação das origens do princípio da legalidade em matéria tributária. In: Carlos Mário da Silva Velloso, Roberto Rosas e Antônio Carlos Rodrigues do Amaral (coords.), *Princípios constitucionais fundamentais: estudos em homenagem ao Professor Ives Gandra da Silva Martins*. São Paulo: Lex, 2005, pp. 711-718.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Princípios no direito tributário internacional: territorialidade, fonte e universalidade. In: Roberto Ferraz (coord.), *Princípios e limites da tributação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Transparência fiscal e internacional, proporcionalidade e disponibilidade: considerações acerca do art. 74 da Medida Provisória nº 2.158-35. *Revista dialética de direito tributário* (142/39), 2007.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Livre concorrência e tributação. In: Valdir de Oliveira Rocha (coord.), *Grandes questões atuais do direito tributário*, 11º vol. São Paulo: Dialética: 2007.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Margens predeterminadas, praticabilidade e capacidade contributiva. In: Luís Eduardo Schoueri (coord.), *Tributos e preços de transferência*, 3º vol. São Paulo: Dialética, 2009, pp. 119-130.

SCHOUERI, Luís Eduardo. O desafio do planejamento tributário. In: Luís Eduardo Schoueri (coord.), Rodrigo de Freitas (org.), *Planejamento tributário e o propósito negocial: mapeamento de decisões do conselho de contribuintes de 2002 a 2008*. São Paulo: Quartier Latin, 2010, pp. 13-20.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Restrições à atividade econômica do contribuinte na substituição tributária e livre concorrência. In: Arthur M. Ferreira e Rafael Nichele (coords.), *Curso avançado de substituição tributária: modalidades e direitos do contribuinte*. São Paulo: IOB, 2010, pp. 505-528.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Planejamento tributário: limites à norma antiabuso. *Revista direito tributário atual* (24/345), 2010.

SCHOUERI, Luís Eduardo. O mito do lucro real na passagem da disponibilidade jurídica para a disponibilidade econômica. In: Roberto Quiroga Mosquera, Alexsandro Broedel Lopes (coords.), *Controvérsias jurídico-contábeis (aproximações e distanciamentos)*. São Paulo: Dialética, 2010, pp. 241-264.

SCHOUERI, Luís Eduardo. *Preços de transferência no direito tributário brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Dialética, 2012.

SCHOUERI, Luís Eduardo. *Direito tributário*. 3ª ed. São Paulo: 2013.

SCHOUERI, Luís Eduardo. O princípio arm's length em um panorama internacional. In: Luís Eduardo Schoueri (coord.), *Tributos e preços de transferência, 4º vol.* São Paulo: Dialética, 2013, pp. 208-227.

SCHOUERI, Luís Eduardo. Lucros auferidos no exterior e disponibilização: reflexões sobre a Solução de Consulta Interna nº 18/2013. *Revista dialética de direito tributário* (219/67), 2013.

SCHOUERI, Luís Eduardo. O conceito de renda e o artigo 43 do Código Tributário Nacional: entre a disponibilidade econômica e a disponibilidade jurídica. In: André Elali, Evandro Zaranza, Kallina Flôr dos Santos (coords.), *Direito Corporativo*. São Paulo: Quartier Latin, 2013, pp. 341-357.

SCHOUERI, Luís Eduardo; BARBOSA, Matheus Calicchio. Da atítese do sigilo à simplicidade do sistema tributário: os desafios da transparência fiscal internacional In: Eurico Marcos Diniz de Santi, Basile Georges Christopoulos, Daniel Leib Zugman, Frederico Silva Bastos (coords.), *Transparência fiscal e desenvolvimento: homenagem ao Professor Isaías Coelho*. São Paulo: Fiscosoft, 2013.

SCHWABE, Jürgen (org.). *50 anos de jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal*. Organização e introdução à tradução brasileira por Leonardo Martins. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009.

SEEGR, Siegbert F. *Schmidt Einkommensteuergesetz Kommentar, § 15-b*. 30. Auf. Heidelberg: C.H. Beck, 2011.

SERAFICO, José; SERAFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. *Estudos Avançados, São Paulo*, v. 19, n. 54, 2005.

SIECKMANN, Jan-R. Problemas de la teoría principialista de los derechos fundamentales. In: Laura Clérico, Jan-R. Sieckmann e Daniel Oliver-Lalana (coords.), *Derecho fundamentales, principios e argumentación: estudios sobre la teoría jurídica de Robert Alexy*. Granada: Comares, 2011, pp. 37-71.

SILVA, Virgílio Afonso da. O proporcional e o razoável. *Revista dos tribunais* (798/23), 2002.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Grundrechte und gesetzgeberische Spielräume*. Baden-Baden: Nomos, 2003.

SILVA, Virgílio Afonso da. Princípios e regras: mitos e equívocos acerca de uma distinção. *Revista latino-americana de estudos constitucionais* (1/607), 2003.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA, Virgílio Afonso. *A constitucionalização do direito: os direitos fundamentais nas relações entre particulares*. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Virgílio Afonso da. The limits of constitutionalism: public policies and the constitution. In: Gilles Tarabout, Ranabir Samaddar (orgs.), *Conflict, Power and the Landscape of Constitutionalism*. London, New York, New Delhi, 2008.

SILVA, Virgílio Afonso. Nota do tradutor. In: Robert Alexy, *Teoria dos direitos fundamentais*. Tradução brasileira de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008, pp. 9-13.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*. São Paulo: Malheiros, 2009.

SILVA, Virgílio Afonso da. Colisões de direitos fundamentais entre ordem nacional e ordem transnacional. In: Marcelo Neves (org.), *Transnacionalidade do direito: novas perspectivas dos conflitos entre ordens jurídicas*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SILVA, Virgílio Afonso da. Comparing the Incommensurable: Constitutional Principles, Balancing and Rational Decision. *Oxford Journal of Legal Studies* (31, n.2/273), 2011.

SILVA, Virgílio Afonso da. Ponderação e objetividade na interpretação constitucional. In: Ronaldo Porto Macedo Jr. e Catarina Helena Cortada Barbieri (orgs.), *Direito e interpretação: racionalidades e instituições*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, Virgílio Afonso da. Na encruzilhada liberdade-autoridade: a tensão entre direitos fundamentais e interesses coletivos. In: Fernando Dias Menezes de Almeida, Floriano de Azevedo Marques Neto, Luís Felipe Hadlich Miguel, Vitor Rhein Schirato (coord.), *Direito público em evolução: estudos em homenagem à Professora Odete Medauar*. Belo Horizonte: Fórum, 2013, pp. 735-747.

SILVA, Virgílio Afonso da; MENDES, Conrado Hübner. Habermas e a jurisdição constitucional. In: Marcos Nobre e Ricardo Terra (orgs.), *Direito e democracia: Um guia de leitura de Habermas*. São Paulo: Malheiros, 2008, pp. 199-222.

SMITH, Adam. *A inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Amazon Kindle E-Book, sem data.

SOUSA, Rubens Gomes de. *A distribuição da justiça em matéria fiscal*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1943.

SOUSA, Rubens Gomes de. *Compêndio de legislação tributária*. São Paulo: Resenha Tributária, 1975.

STEBBINGS, Chantal. Public health imperatives and taxation policies: the window tax as an early paradigm in English Law. In: John Tiley (ed.), *Studies in the History of Tax Law*, vol. 5. Oxford: Hart, 2012.

STIGLITZ, Joseph. *Economics*. New York / London: W. W. Norton & Company, 1993.

STIGLITZ, Joseph. *Economics of the Public Sector*. 3rd Ed. New York / London: W. W. Norton & Company, 2000.

SUNDFELD, Carlos Ari. Princípio é preguiça? In: Ronaldo Porto Macedo Jr, Catarina Helena Cortada Barbieri (orgs.), *Direito e interpretação: racionalidades e instituições*. São Paulo: Saraiva, 2011, pp. 287-305.

SURREY, Stanley S. *Pathways to Tax Reform: The Concept of Tax Expenditures*. Cambridge (Massachusetts): Harvard University Press, 1973.

SURREY, Stanley S.; McDANIEL, Paul R. The Tax Expenditure Concept: Current Developments and Emerging Issues. *British Columbia Law Review* (20/225), 1979.

SURREY, Stanley S.; McDANIEL, Paul R. The Tax Expenditure Concept: Current Developments and Emerging Issues. In: Paul L. Caron, Karen C. Burke, Grayson M.P. McCouch (eds.), *Federal Income Tax Anthology*. Cincinnati (Ohio): Anderson, 1997, pp. 299-302.

TERRA, Ben; WATTEL, Peter. *European Tax Law*. Abridged student edition. 6 Ed. Amsterdam: Wolters Kluwer, 2012.

THURONYI, Victor. Tax Expenditures: A Reassessment. *Duke Law Journal* (1155), 1988.

TIPKE, Klaus. *Steuerecht: eine Grundriss*. 4 Auf. Köln: Otto Schmidt, 1977.

TIPKE, Klaus. *Steuergerechtigkeit in Theorie und Praxis*. Köln: Dr. Otto Schmidt, 1981.

TIPKE, Klaus. Princípio da igualdade e ideia de sistema no direito tributário. In: Brandão Machado (org.), *Direito tributário: estudos em homenagem ao Prof. Ruy Barbosa Nogueira*. São Paulo: Saraiva, 1984, pp. 515-527.

TIPKE, Klaus. *Die Steuerrechtsordnung, B. I.* 2. Aufl. Köln: Dr. Otto Schmidt, 2000.

TIPKE, Klaus. A necessidade de igualdade na execução das leis tributárias. In: Luís Eduardo Schoueri (coord.), *Direito tributário: estudos em homenagem a Alcides Jorge Costa, vol. I.* São Paulo: Quartier Latin, 2003, pp. 361-373.

TIPKE, Klaus. *Die Steuerrechtsordnung, B. III.* 2. Aufl. Köln: Dr. Otto Schmidt, 2012.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de direito penal.* 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

TOLONEN, Hannu. Reglas, principios y fines: la interrelación entre derecho, moral y política. In: Aulis Aarnio, Ernesto Garzón Valdés, Jyrki Uusitalo (comps.), *La normatividad del derecho.* Barcelona: Gedisa, 1997, pp. 65-85.

TORRES, Ricardo Lobo. O princípio arm's length, os preços de transferência e a teoria da interpretação do direito tributário. *Revista dialética de direito tributário* (48/122), 1999.

TORRES, Ricardo Lobo. Normas gerais antielisivas. In: Ricardo Lobo Torres (coord.), *Temas de interpretação do direito tributário.* Rio de Janeiro: Renovar, 2003, pp. 261-328.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, vol. II: valores e princípios constitucionais tributários.* Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

TORRES, Ricardo Lobo. *Tratado de direito constitucional financeiro e tributário, vol. IV: os tributos na constituição.* Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

TURNIER, William J. Evaluating Personal Deductions in an Income Tax – The Ideal. *Cornell Law Review* (66/262), 1981.

VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira. Aspectos extrafiscais do IPI e direitos fundamentais. In: Paulo Gonet Branco, Liziane Angelotti Meira, Celso de Barros Correia Neto (Coords.), *Tributação e direitos fundamentais conforme a jurisprudência do STF e do STJ.* São Paulo: Saraiva, 2012, pp. 253-286.

VETTORI, Gustavo Gonçalves. Contribuição ao estudo sobre as influências recíprocas entre a tributação da renda e o comércio internacional. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

VIEIRA DA ROCHA, Paulo Victor. O controle de proporcionalidade de regras de substituição tributária por fato gerador presumido. *Revista direito tributário atual* (24/388), 2010.

VIEIRA DA ROCHA, Paulo Victor. A capacidade contributiva na teoria dos direitos fundamentais. *Revista tributária das Américas* (4/19), 2011.

VIEIRA DA ROCHA, Paulo Victor. *Substituição tributária e proporcionalidade: entre capacidade contributiva e praticabilidade.* São Paulo: Quartier Latin, 2012.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Direitos fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF. São Paulo: Malheiros, 2006.

VOGEL, Klaus. *Der räumliche Anwendungsbereich der Verwaltungsrechtsnorm: Eine Untersuchung über die Grundfragen des sog. Internationalen Verwaltungs- und Steuerrechts*. Frankfurt am Main / Berlin: Alfred Metzner, 1965.

VOGEL, Klaus. Steuergerechtigkeit und soziale Gestaltung. *Deutsche Steuer-Zeitung / Ausgabe A* (19-20/409), 1975.

VOGEL, Klaus. Besonderheit des Steuerrechts. *Deutsche Steuer-Zeitung / Ausgabe A* (1-2/5), 1977.

VOGEL, Klaus. Der Abschichtung von Rechtsfolgen im Steuerrecht. Lastenausteilungs-, Lenkungs- und Vereinfachungsnormen und die ihnen zurechnenden Steuerfolgen: ein Beitrag zur Methodelehre des Steuerrechts. *Steuer und Wirtschaft* (2/97), 1977.

VOGEL, KLAUS. *Drews / Wacke / Vogel / Martens Gefahrenabwehr: allgemeines Polizeirecht (Ordnungsrecht) des Bundes und der Länder*. 9., völlig neubearbeitete Auf. Köln, Berlin, Bonn, München: Heymanns, 1985.

VOGEL, Klaus. Rechtfertigung der Steuern: eine vergessene Vorfrage. Zugleich zur "heimliche Steuerrevolte" und zum Draieck Staat/Wirtschaft/Gesellschaft. *Der Staat* (25/481), 1986.

VOGEL, Klaus; WALDHOF, Christian. Dolzer, Vogel, Graßhof (Hgs.), *Bonner Kommentar zum Grundgesetz, Vorbemerkungen zu Art. 104a-115*. Heidelberg: C.F. Müller, 1997.

WELLENREUTHER, Hans. *Die Wirkungen öffentlicher Güter: untersucht am Beispiel von Fußgängerbereichen*. Berlin: Duncker & Humblot, 1982.

Wörterbuch der philosophischen Begriffe. Philosophische Bibliothek. Felix Meiner Verlag GmbH, Hamburg, 2013.

XAVIER, Alberto. *Tipicidade da tributação, simulação e norma antielisiva*. São Paulo: Dialética, 2001.

XAVIER, Alberto; EMERY, Renata. Subcapitalização. *Revista dialética de direito tributário* (176/7), 2010.

YI, Zoonil. La teoría de los principios en Corea. In: Jan-R. Sieckmann (ed.), *La teoría principialista de los derechos fundamentales: estudios sobre la teoría de los derechos fundamentales de Robert Alexy*. Madrid / Barcelona / Buenos Aires: Marcial Pons, 2011, pp. 297-302.

ZILVETI, Fernando Aurelio. *Princípios de direito tributário e a capacidade contributiva*. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

ZILVETI, Fernando Aurelio. Simplicius Simplicissimus – os limites da praticabilidade diante do princípio da capacidade contributiva. *Revista direito tributário atual* (22/179), 2007.

ZIPPELIUS, Reinhold. *Allgemeine Staatslehre*. 15 Auf. München: C.H. Beck, 2007.

ZIPPELIUS, Reinhold. *Juristische Methodenlehre*. 11 aufl. München: C. F. Beck, 2012.